



PREFEITURA MUNICIPAL

SÃO JOÃO DA BOA VISTA

Estado de São Paulo

22 de dezembro de 2017


OFÍCIO DO EXECUTIVO Nº 17/2018

Referência: Requerimento nº 282/2017, de autoria do vereador Fernando Betti, solicitando o envio do relatório feito no Postinho do Pedregulho, relatando os fatos que ocorreram com o Sr. Carlos Mazarine de Jesus, matrícula nº 11.48.93, pois o paciente foi a óbito.

Senhor Presidente:

Em atenção ao Requerimento nº 282/2017, de autoria do vereador Fernando Betti, tratando do assunto em epígrafe, encaminhamos cópia do OFÍCIO DMS – 318/2017 E ANEXO.

Renovamos na oportunidade os protestos de estima e consideração.


ADEMIR MARTINS BOAVENTURA
Prefeito Municipal em Exercício

Exmo. Sr. Vereador
GÉRSO ARAÚJO
Presidente da Câmara Municipal
N E S T A.

CAMARA MUNICIPAL DE SAO JOAO

PROTOCOLO DE ENTRADA

Sequência: 27 / 2018 Data/Hora: 04/01/2018 14:55

Descrição:

OFÍCIOS DO EXECUTIVO

EM RESPOSTA AO REQUERIMENTO Nº 282/2017 DE
AUTORIA DO VEREADOR FERNANDO BETTI



DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE

SÃO JOÃO DA BOA VISTA

Estado de São Paulo

Ofício DMS – 318 / 2017

13 de setembro de 2017

Excelentíssimo Senhor

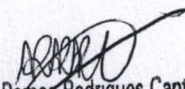
Em atenção ao Ofício nº 329/2017-dv referente ao Requerimento nº 282/2017, de autoria do nobre Vereador senhor Fernando Betti, solicitando relatório de ocorrência com paciente da UBS Pedregulho, venho por meio deste encaminhar Parecer Jurídico 08/2017-AJU-RP-DMS.

Atenciosamente

Lucio Doval
Diretor Municipal de Saúde

Exmo. Sr.
Vanderlei Borges de Carvalho
Prefeito Municipal
Nesta




Rejane Ramos Rodrigues Cantos
Agente Administrativo

PARECER JURÍDICO 08/2017-AJU-RP-DMS

Solicitante: Diretor do Departamento Municipal de Saúde

Ref. Ofício n. 329/2017-Câmara Municipal

I. RELATÓRIO

Cuida-se de solicitação de parecer do Diretor do Departamento Municipal de Saúde sobre a possibilidade de envio de relatório relatando os fatos que ocorreram com o Sr. Carlos Mazarine de Jesus no atendimento feito no Postinho Pedregulho solicitado pela Câmara Municipal (Requerimento n. 282/2017 em anexo).

II. FUNDAMENTAÇÃO

Para análise do requerimento primeiramente convém apresentar a definição de prontuário médico. Segundo a definição do Ministério da Saúde o prontuário médico seria: *"Um conjunto de documentos ordenados e padronizados destinados aos registros dos cuidados médicos prestados pelos médicos e outros profissionais da saúde nos serviços de saúde pública ou privada"*.

Já o Conselho Federal de Medicina define o prontuário como: *"Documento único constituído de um conjunto de informações, sinais e imagens registradas, geradas a partir de fatos, acontecimentos e situações sobre a saúde do paciente e a assistência a ele prestada, de caráter legal, sigiloso e científico, que possibilita a comunicação entre membros da equipe multiprofissional e a continuidade da assistência prestada ao indivíduo"*.

Infere-se desses conceitos que nos prontuários encontram-se informações sobre o atendimento do paciente, sendo assim qualquer relatório baseado nesse





Prefeitura Municipal
São João da Boa Vista

PREFEITURA MUNICIPAL

São João da Boa Vista

Estado de São Paulo

Assessoria Jurídica/Departamento de Saúde

Av: Oscar Pirajá Martins, 1520 – Santa Edwirges – Fone: 3634-8122

e-mail: saude_procurador@saojoao.gov.br

atendimento, em última análise, está a se revelar informações do prontuário mesmo, ainda que emitidas mediante relatório ou certidão.

A Constituição Federal de 1988 garante a todas as pessoas a inviolabilidade de sua honra, imagem, intimidade e vida privada, sendo assim, qualquer informação referente a atendimento médico de uma pessoa, estão amparadas pela regra da inviolabilidade prevista no seu inciso X do art. 5º.

É dizer, as informações relativas ao atendimento médico de paciente, ainda com mais razão, são personalíssimas, pois envolvem questões relacionadas ao segredo, à vida privada, à intimidade, portanto pertencem somente a ele, motivo pelo qual a divulgação dessas informações implica infração grave ao direito à privacidade e à imagem da pessoa humana, consagrados nos incisos V e X do art. 5º da Constituição da República.

Desse modo, as informações sobre o atendimento que necessariamente exigem a identificação do paciente só podem ser fornecidas com o seu **expresso consentimento** ou de seu representante legal.

No caso de paciente falecido deve ser observada a RECOMENDAÇÃO CFM Nº 3/14 a qual recomenda que os médicos e instituições de tratamento médico, clínico, ambulatorial ou hospitalar: forneçam, quando solicitados pelo cônjuge/companheiro sobrevivente do paciente morto, e sucessivamente pelos sucessores legítimos do paciente em linha reta, ou colaterais até o quarto grau, os prontuários médicos do paciente falecido: desde que documentalmente comprovado o vínculo familiar e observada a ordem de vocação hereditária.

Na espécie, o relatório solicitado apresentaria informações sobre o atendimento de uma pessoa identificada, informações essas decorrentes de seu atendimento médico



PREFEITURA MUNICIPAL

São João da Boa Vista

Estado de São Paulo

Assessoria Jurídica/Departamento de Saúde

Av: Oscar Pirajá Martins, 1520 – Santa Edwirges – Fone: 3634-8122

e-mail: saude_procurador@saojoao.gov.br

no citado estabelecimento municipal, portanto são informações de cunho personalíssimo, ligados à intimidade, vida privada e imagem do paciente, razão pela qual é necessário resguardar o devido sigilo dessas informações que somente devem ser fornecidas, ainda que mediante certidão ou relatório médico, aos familiares do paciente falecido nos termos da Recomendação acima mencionada.

Em acréscimo, e para corroborar o alegado, vale ressaltar a Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011), a qual em seu art. 4º, IV define informação pessoal como **aquela relacionada à pessoa natural identificada ou identificável**. Cabendo, ainda, observar o disposto no seu **art. 31**, o qual resguarda informações relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas.

Em suma, não obstante o alto grau de respeito quanto às funções da Câmara Municipal, que tem o poder/dever de fiscalizar as atividades dos órgãos municipais, entendo que, nesse caso, as informações não poderão ser repassadas, tendo em conta o seu conteúdo personalíssimo.

III. CONCLUSÃO

PELO EXPOSTO, opino no sentido de que o requerimento deve ser **indeferido** nos termos da fundamentação acima exposta.

Salvo melhor juízo, esse é parecer.

São João da Boa Vista, 12 de setembro de 2017.


Rodrigo Antonio do Prado

Procurador do Município

OAB/SP 351.459